

<http://dx.doi.org/10.17648/eidea-13-1390>

AS RELAÇÕES SANGUINEAS E AS DISCURSIVIZAÇÕES EM TORNO DA FAMÍLIA: UM ESTUDO A PARTIR DOS APORTES TEÓRICOS DA ANÁLISE MATERIALISTA DO DISCURSO

Iraneide Santos Costaⁱ

Resumo: Este trabalho delinea-se a partir do seguinte problema: até que ponto as relações sanguíneas são determinantes nas discursivizações em torno do pai, da mãe e do filho? Está ancorado teórico e metodologicamente nos postulados foucaultianos e na Análise Materialista do Discurso, estando as nossas reflexões embasadas precipuamente no que esta teoria estabelece como sentido, sujeito e memória. Quanto ao *corpus*, optou-se por analisar textos midiáticos, tendo em vista que é a mídia uma prática discursiva identitária, constituindo-se, assim, esse universo em uma vasta riqueza analítica. Em nossas análises das materialidades selecionadas, constatase que se legitima um discurso de acordo com o qual os “laços de sangue” são cruciais na determinação [qualificação?] das relações familiares.

Palavras-chave: Análise Materialista do Discurso. Pais. Filho. Relações sanguíneas.

Abstract: This work is based on the following problem: the extent to which blood relations are decisive in the discursivizations around the father, the mother and the child? It is anchored theoretically and methodologically in the Foucaultian postulates and in the Discourse Materialistic Analysis, our reflections being based on what this theory establishes as meaning, subject and memory. As for the corpus, we opted to analyze media texts, considering that the media is a discursive practice of identity, thus constituting this universe in a vast analytical richness. In our analyzes of the selected materialities, one finds that a discourse according to which “blood ties” is crucial in determining [family relations] qualification is legitimized.

Keywords: Materialistic Analysis of Discourse. Parents. Son. Blood relations.

ⁱ Professora Doutora da Universidade Federal da Bahia. E-mail: iraneidesc@uol.com.br.

Introdução

Este trabalho se insere no Projeto de Pesquisa intitulado *Discursos sobre a família e formas de subjetivação na mídia*, que desenvolvemos na Universidade Federal da Bahia. Elegeu-se como precípua objetivo aqui discutir até que ponto as relações sanguíneas são determinantes nas discursivizações em torno da família. Para tanto, procedeu-se a algumas indagações: quais as imagens atribuídas aos sujeitos filho, mãe e pai (não) biológicos pelas discursivizações em torno desses? Como e quais práticas discursivas se entrelaçam compondo um conjunto de possibilidades de dizer e de agir desses sujeitos, engendrando identidades calcadas em critérios arbitrários, que se apresentam com caráter atemporal (FOUCAULT, 1987) e os constituem?

Interessa aqui, pois, investigar a historicidade das representações tanto do pai como da mãe e do filho, quer sejam esses sanguíneos ou não, para que se possa, então, se apropriar de sua discursividade. Para tanto, explicitam-se as especificidades da prática discursiva e seus efeitos de sentidos a partir do entrecruzamento língua/sociedade/história/memória; avalia-se em que medida os signos marcam, explícita ou implicitamente, uma posição ideológica; desvelam-se as formações imaginárias que se constituem a partir das relações sociais e que funcionam nas sequências discursivas em análise; examina-se como a relação interdiscurso/intradiscurso determina o dizer.

Como embasamento teórico, valemo-nos da Análise Materialista do Discurso e dos postulados foucaultianos. Alguns pressupostos são de real importância para as reflexões a que se procede:

- a) a verdade se constitui a depender do ponto de vista que a constrói: o que funciona no discurso são as imagens que se fazem dos sujeitos (do sujeito filho ilegítimo, por exemplo) e dos lugares que podem/devem ocupar, já que se trabalha no campo do imaginário (PÊCHEUX, 1995);
- b) vem a ser no ponto de encontro de uma memória (o interdiscurso) com uma atualidade (o intradiscurso) que se instaura o efeito de memória, que se explicitam as especificidades de práticas discursivas em torno dos objetos imaginários (PÊCHEUX, 1999), tais quais “mãe verdadeira” “pai de verdade”, “filho legítimo”, “filho adotado”;
- c) o sentido de uma palavra - tal quais “adotado”, “verdadeiro”, “ilegítimo” - não existe ‘em si mesmo, ou seja, imbricado ao significante; mas sim é definido pelas posições em jogo no processo sócio histórico em que tais

palavras são (re)produzidas. Empreende-se, então, uma jornada em busca dos sentidos através de múltiplas vozes que legitimam os dizeres justamente por se inscreverem numa dada formação discursiva e não em outra. Ou seja, concebe-se a ideologia como a matriz por excelência do sentido, bem como se tem como inconteste que, embora a realidade exista fora da linguagem, é constantemente mediada por ela e através dela (PÊCHEUX,1995). Sendo assim, termina ela - ideologia - por definir (im)possibilidades para interpretação do mundo ou do Outro. Concomitante a esse processo, (re)produzem-se as formas subjetivas ou os pontos de vista para tais interpretações;

- d) como se parte aqui de uma concepção materialista, consideram-se as ideologias como forças materiais [não apenas como ideias]. Ou seja, uma ideologia existe sempre “[...] em sua prática ou práticas [...] esta existência é material” e nessa existência material deve ser estudada” (ALTHUSSER, 1985, p. 73).

Quanto ao *corpus*, optou-se por trabalhar com textos midiáticos que circulam na internet por ser a mídia uma prática discursiva em que este tema se faz presente constantemente e hoje se perceber/reconhecer a forte influência da mídia – principalmente através de textos veiculados na internet - na legitimação de verdades. De acordo com Gregolin (2007, p.50), “As mudanças ocorridas na sociedade, sejam na família, sejam fora dela, são incorporadas nas produções midiáticas”: a mídia não só (re)produz “os costumes da sociedade na qual está imersa” como também suscita/aponta/indica “modelos de comportamento, padrões a serem seguidos, sugerindo uma organização”.

1. Os filhos que não são “de verdade”, são “de mentira”?

Quando se observam as concepções de filho que se instauram hodiernamente nas práticas discursivas, constata-se que esses são “julgados, condenados, classificados” (FOUCAULT, 1984, p.180) em dois grandes grupos: os biológicos, também chamados de naturais, de legítimos e/ou de verdadeiros; os adotivos, também chamados de filhos do coração, de bastardos, de ilegítimos e/ou de filhos de criação. São eles - biológicos e não biológicos -, a partir disso, então, “obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem

consigo efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1984, p.180). É interessante salientar que a própria necessidade dessa categorização indica a importância/valorização dos laços de sangue nas relações familiares.

No que se refere à adoção, Weber (2010, p. 23-24) afirma:

A infância e a adoção tiveram interpretações bastante diversas ao longo dos tempos, sendo que os códigos morais, as leis e as religiões ora eram coerentes, ora divergiam entre si. Cada cultura vem assumindo, ao longo dos períodos históricos, posturas diferentes em relação à adoção, que sempre estão relacionadas ao contexto sociopolítico, econômico e religioso da época.

Salienta Weber (2010, p. 22), porém, que, “desde a criação das leis sobre adoção, elas sempre permitiram acentuada discriminação entre filhos adotivos e filhos biológicos e isso foi incorporado ao pensamento popular”. Ainda de acordo com essa autora, hoje, em pleno século XXI, no Brasil, “acredita-se que essa é uma filiação de ‘segunda categoria’ porque nela inexistente o ‘laço de sangue’ que, desde tempos imemoriais, sempre possibilitou a composição familiar e a distribuição de bens e terras”. Isso vem a corroborar que “Cada sociedade tem seu regime de verdade”, bem como que há “tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros” e ainda que é essa mesma sociedade que elege “os mecanismos e instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sancionam uns e outros [...]” (FOUCAULT, 1996, p. 12). Constata-se, pois, que um discurso até os dias atuais se instaura/se impõe como verdadeiro: o da supremacia dos “laços de sangue” na determinação [qualificação?] das relações familiares. Quem não se lembra dos famosos “filhos de criação” de que falavam nossos antepassados e que não passavam de crianças “tomadas para criar” com o objetivo de fazer trabalhos domésticos?

O sujeito, por seu lado, ao assumir o seu dizer, toma como verdadeiros dados discursivos, identificando-se com dada Formação Discursiva que “determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1995, p. 147) a respeito de filhos, caso estes sejam biológicos ou não, por exemplo.

Selecionaram-se as sequências discursivas 1 e 2 para dar continuidade às nossas reflexões:

SEQUÊNCIA DISCURSIVA 1

Drica Moraes parece estar se recuperando bem do problema de saúde que fez com que ela deixasse de trabalhar na novela “Império”. A atriz, que foi substituída por Marjorie Estiano na trama de Aguinaldo Silva, comemorou o aniversário de Mateus Moraes, **seu filho adotivo**, nesta terça-feira (3), em um

parque infantil de um shopping da zona sul do Rio de Janeiro.
<http://gente.ig.com.br/2015-02-03/drica-moraes-comemora-aniversario-do-filho-adoptivo-mateus-moraes.html>

SEQUÊNCIA DISCURSIVA 2

Bárbara Borges levou o filho, Martin Ben, para conhecer o guru Sri Prem Baba na meditação coletiva do “Awaken Love”, nesta terça-feira, 18, no Cristo Redentor, no Rio de Janeiro. O movimento pretende despertar o amor e a cultura de paz em cada indivíduo como forma de combater a violência do mundo. Vanessa Gerbelli e o namorado, Gabriel Falcão, também participaram do evento.
<http://ego.globo.com/famosos/noticia/2014/11/barbara-borges-leva-filho-para-evento-de-meditacao-no-cristo-redentor>

Ao contrapormos as materialidades das sequências discursivas 1 e 2, chama atenção o fato de, na sequência discursiva 1, ao se falar do filho da atriz Drica Moraes, ter se julgado imperativo acrescentar o qualificativo “adotivo”, posto que isso é o que pode/deve ser dito do filho não biológico; enquanto na sequência discursiva 2, Martin Bem (filho da também atriz Bárbara Borges) foi simplesmente identificado como “filho”, sendo desnecessário qualquer qualificativo, visto que isso é o que basta ser dito do filho biológico. Ou seja, na sequência discursiva 1, deixa-se bem claro que não é de qualquer filho que se está falando: trata-se de um “filho”, mas que é “adotivo”. Ao nos debruçarmos sobre as materialidades em questão, é possível rastrear aí que o efeito de sentido da palavra “filho” (sequência discursiva 2) que se institui é o de ser biológico; se não o é, impõe-se a necessidade do uso do qualificativo “adotivo” (sequência discursiva 1). As materialidades linguísticas em questão terminam, portanto, por acionar uma memória discursiva de acordo com a qual há dois grupos: o dos “filhos” (os “de sangue”) e o dos “filhos adotivos”, uma vez que “[...] toda produção discursiva que se efetua nas condições determinadas de uma conjuntura movimenta - faz circular - formulações anteriores, já enunciadas (COURTINE, 2009, p. 104)”. Isso coaduna com o que afirma Pêcheux (1995): “a ideologia fornece evidências [...] que fazem com que uma palavra ou um enunciado queiram dizer o que realmente dizem [...]” e, sendo assim, “as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas”.

Antes de prosseguir com as nossas discussões, é importante que se chame atenção para um conceito bastante caro à Análise Materialista do Discurso: o de sujeito. Para esta linha teórica, “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 166) do seu discurso. O sujeito de que falamos não é, por conseguinte, empírico (este é o indivíduo),

mas sim ideológico, discursivo (se materializa/constitui na linguagem), além de não ser dono do seu dizer: se instaura “o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de modo tal que cada um seja conduzido sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 165 e 166). Ou seja:

Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra “designa uma coisa” ou “possua um significado” (portanto inclusive as evidências da “transparência” da linguagem), a evidência de que você e eu somos sujeitos – e até aí não há problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. (ALTHUSSER, 1985, p. 94).

Quanto à interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso, efetiva-se a partir do momento em que ocorre a identificação do sujeito com dados discursivos, de dada formação discursiva. Toda Formação Discursiva, por seu lado, inscreve a zona do dizível, definindo o conjunto de enunciados possíveis/passíveis de serem atualizados em cada enunciação, a partir de determinado lugar. Dito isso, passemos às sequências discursivas 3, 4 e 5 sobre as quais nos debruçaremos:

SEQUÊNCIA DISCURSIVA 3

“Uma coisa que eu sempre escutava era: “Mas por que primeiro você não tem **um filho seu?**”. Eu sempre respondia: “Vai ser meu, você vai ver, vai ter até certidão de nascimento dizendo que é meu”. Outra pergunta que eu acho horrível, até pior: “Adotar? Por que você não tem um **filho de verdade?**”(Advogada Paula Abreu)
<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/nunca-vi-diferenca-entre-um-filho-adotado-e-um-filho-biologico/>

SEQUÊNCIA DISCURSIVA 4

Na mitologia grega, [...] Quando Polidoro nasceu, Príamo o entregou à sua filha Ilíone, casada com Polimestor.¹ Ela o criou **como se fosse seu filho**, criando junto com Deifilo, **seu verdadeiro filho, como se eles fossem irmãos**, de modo que se alguma coisa acontecesse a um deles, ela poderia devolver o outro a seus pais.
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Polimestor>

SEQUÊNCIA DISCURSIVA 5

Astrid Fontenelle nunca escondeu de ninguém que seu filho Gabriel, de cinco anos, foi adotado. No entanto, a apresentadora sai em defesa da criança que, segundo ela, muitas vezes é rotulada como “adotada” em manchetes de revistas e jornais. “Não gosto de ver ‘Astrid passeia com o filho adotado’ estampado. Eu nunca vi ninguém colocar lá ‘Gugu com os filhos, feitos por meio de inseminação artificial’. Não quero esse título para ele, que é meu filho. Se quiserem, eu mostro a certidão dele”, dispara a apresentadora [...] que já ameaçou publicações de processo por conta disso, já que Gabriel é seu filho e ponto. “O jeito que ele veio não faz a menor diferença”, esclarece a apresentadora, que também afirma que não precisa carregar a bandeira da

adoção. <http://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/celebridades/astrid-fontenelle-ameaca-processar-jornalista-que-rotular-o-filho>.

Verifica-se que há um já dito que possibilita/autoriza que o efeito de sentido advindo das expressões “filho de verdade” (sequência discursiva 3) e “verdadeiro filho” (sequência discursiva 4) seja ser filho biológico, o que permite inclusive que as formulações em análise façam sentido a partir de dadas Condições de Produção. Isso decorre das formações imaginárias que se instauram e designam o lugar que aos sujeitos são atribuídos (o olhar do outro define o olhar do próprio sujeito para si) (PÊCHEUX, 1993). É importante salientar que não se trata aqui de sujeitos físicos ou empíricos, posto que esse jogo de imagens se engendra a partir de projeções que são forjadas pela/na história, pelo/no social e pela/na ideologia. Observa-se, assim, que a forma como o homem se percebe e ao outro, ou ainda como experiencia o mundo e o outro é intermediada pela linguagem, materialidade do discurso, formando/constituindo efetivamente este último “os objetos de que fala” (FOUCAULT, 1972, p. 56).

Voltando-nos para as materialidades que selecionamos para análise, é possível rastrear, na sequência discursiva 3, processos discursivos inerentes a Formações Discursivas antagônicas sobre filhos adotivos e filhos biológicos, delineando-se distintas posições de sujeitos. Constata-se, então, que a instalação de novas representações não elimina a existência de sentidos tradicionais. Assinalam-se, assim, nestas formulações, posições de sujeito originadas em distintas Formações Discursivas que interagem e se confrontam, determinando o que se pode e deve – ou não – dizer: uma primeira, embasada em saber de acordo com o qual é possível dizer do filho adotivo que é “de verdade” e “seu”; uma segunda, para a qual só é possível dizer que é “de verdade” e “seu” em relação ao filho biológico. Sendo assim, verifica-se que:

O domínio de saber de uma Formação Discursiva funciona como um princípio de aceitabilidade discursiva para um conjunto de formulações (determina “o que pode e deve ser dito”), assim como um princípio de exclusão (determina “o que não pode/ não deve ser dito”) (COURTINE, 2009, p. 99).

Em relação à sequência discursiva 4, chamamos atenção para que nela legitima-se e valoriza-se um discurso de acordo com o qual a filiação e a produção da família dá-se essencialmente a partir dos laços de sangue: a presença das construções “como se fosse seu filho” e “como se eles fossem irmãos” nas formulações (intradiscurso) deixa implícito que, embora se possa até ser tratado da mesma forma que um filho e/ou irmão e/ou ter os mesmos

direitos desses, não se é realmente filho ou irmão DE VERDADE quando não existe consanguinidade, já que o operador “como” indica comparação de elementos distintos e o uso do subjuntivo é indício de contrafactualidade.

Já na sequência discursiva 5, pode-se rastrear o que o Pêcheux estabelece como desidentificação: Observa-se que “o sujeito da enunciação 'se volta' contra o sujeito universal por meio de uma 'tomada de posição' que consiste, desta vez, em uma separação [...]”, uma vez que “estabelece um distanciamento em relação a esse, ao mesmo tempo em que põe em xeque, contesta e se revolta com o “que o 'sujeito universal' lhe 'dá a pensar'“. Ou seja, “luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno da evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno” (PÊCHEUX, 1997, p.215). Isso pode ser detectado na materialidade, por exemplo, em “Não gosto de ver ‘Astrid passeia com o filho adotado’” e em “já ameaçou publicações de processo”. Ainda segundo o supracitado teórico (1997, p.215), verifica-se que “essa reversão apresenta traços linguísticos”, como pode ser constatado em: “Eu nunca vi ninguém colocar lá ‘Gugu com os filhos, feitos por meio de inseminação artificial’. Não quero esse título para ele, que é meu filho. Se quiserem, eu mostro a certidão dele”.

Corroborar-se, assim, que:

O intradiscorso de uma sequência discursiva aparece assim como o lugar onde se realiza a sequencialização dos elementos do saber, onde o desnivelamento interdiscursivo dos [E] está linearizado, colocado em uma superfície única de [e] articulada. Essa horizontalização da dimensão vertical de constituição de [E] é contemporânea da apropriação por um sujeito enunciativo, ocupando um lugar determinado no seio de uma FD, dos elementos do saber da Formação Discursiva na enunciação do intradiscorso de uma sequência discursiva, isso em uma situação de enunciação dada. [...] Esse nível de descrição [...] se trata, para nós, do lugar onde se manifesta o imaginário no discursivo, isto é, onde o sujeito enunciativo é produzido na enunciação como interiorização da exterioridade do enunciável (COURTINE, 2009, p. 102).

2. Ser filho adotivo não é legítimo?

Pelas discussões até então empreendidas, afere-se que o que se constitui em foco de interesse para as nossas reflexões e análises vem a ser exatamente a exterioridade constitutiva do discurso, isto é, a representação do que vem a ser filho legítimo e filho adotivo (sequência discursiva 6) no imaginário, que é histórico e social, uma vez que se considera que a verdade é relativa e se constrói em virtude do ponto de vista que a sustenta, das crenças; enfim, da ideologia.

Dessa forma, concebem-se aqui os momentos de interpretação como atos que surgem como tomadas de posição, efeitos de identificação com dados discursos de dadas Formações Discursivas (PÊCHEUX, 1993). Rastreia-se o seguinte círculo vicioso: diante do objeto simbólico o que se faz é interpretar. Isso evidencia que há sentidos. Se há sentidos, testifica-se a presença da ideologia, posto que não há sentidos sem interpretação. Comprova-se, então, que os sentidos não existem em si mesmos, mas sim são determinados pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio histórico em que aquelas são (re) produzidas, posto que ele - o sentido - se instaura a partir da posição sustentada por quem as emprega, em referência às Formações Ideológicas nas quais estas posições se inscrevem (PÊCHEUX; FUCHS, 1993). Sendo assim, a referência se constitui no próprio gesto de interpretação, vindo o referente (filho adotivo/filho legítimo/filho ilegítimo) a ser um objeto imaginário, instituído pelas formações imaginárias; não uma realidade física, posto que:

[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias [...] Convém agora acrescentar que o “referente” [...] pertence igualmente às condições de produção. Sublinhemos mais uma vez que se trata de um *objeto imaginário* (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física (PÊCHEUX, 1993, p. 82-83).

Para aprofundar tais discussões, escolheram-se as sequências discursivas 6 e 7 para analisar:

SEQUÊNCIA DISCURSIVA 6

Somos filhos **legítimos ou adotivos**? A teologia nos explica isso, ensinando que a graça santificante realmente nos confere uma adoção divina que sobrepuja largamente todas as condições de uma adoção humana, visto que estas “podem se reduzir, em última análise, a uma **ficção meramente jurídica, totalmente extrínseca (exterior) à natureza do adotado**”. Em outras palavras, uma pessoa adotada **pode receber** todos os direitos dos filhos legítimos, **mas em seu interior não ocorre câmbio algum**; não recebe ele, por exemplo, **o sangue da família nas veias**, em sua natureza e personalidade não há transformação. (<http://www.arautos.org/artigo/16835/Filho-legitimo-ou-adotivo-.html>)

SEQUÊNCIA DISCURSIVA 7

Teste de DNA revela que Thomas Jefferson teve filho ilegítimo com uma escrava” (http://veja.abril.com.br/111198/p_136.html)

Destacamos alguns aspectos que se consideraram relevantes nas sequências discursivas supracitadas:

- a) as práticas discursivas – tais quais as sequências discursivas 6 e 7 - se entrelaçam compondo um conjunto de temas, possibilidades de dizer

e de agir: o que se pode/deve dizer sobre filhos legítimos, sobre filhos ilegítimos e sobre filhos adotivos;

b) em relação à sequência discursiva 6, verifica-se:

- ser filho “adotivo” é colocado em oposição a ser filho “legítimo”. Se formos ao dicionário, encontramos para o vocábulo “legítimo” significados tais quais: “verdadeiro; concludente genuíno, puro; autêntico”(http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua). Em decorrência disso, uma vez que se estabelece tal oposição, autorizam-se os seguintes efeitos de sentido para “ser adotivo”: não ser legítimo, ou seja, não ser genuíno, verdadeiro, puro, autêntico;
- a adoção humana é contraposta à adoção divina, sendo, para qualificar aquela, se feito uso da expressão “ficção meramente jurídica” com todas as implicações advindas da sua própria significação (Se vamos ao dicionário, encontramos os seguintes significados para ficção: “ato ou efeito de fingir; simulação; arte de imaginar; coisas imaginárias” (http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua). É à adoção humana conferida ainda a característica de ser “totalmente extrínseca (exterior) à natureza do adotado”, o que lhe reforça o caráter de superficialidade - afinal, é “ficção”-, uma vez que “em seu interior não ocorre câmbio algum”. Conclui-se a sequência discursiva com a afirmação de que o que viria a ser fator determinante deste caráter ilusório (não real?) seria a não ocorrência do “sangue da família nas veias”, conseqüentemente não havendo “em sua natureza e personalidade transformação”. Ou seja, instaura-se como verdade um discurso de acordo com o qual laços familiares são vinculados a laços biológicos, a laços de sangue. (Re)afirmam-se, dessa forma, verdades materializadas em já ditos tais quais: “Sangue é sangue”; “Quem puxa aos seus não degenera”. Isso vai ao encontro do que afirma Foucault (1996, p. 17-18):

Ora esta vontade de verdade, tal como os outros sistemas de exclusão, apoia-se numa base institucional [...] Mas é também reconduzida, e de um modo mais profundo sem dúvida, pela maneira como o saber é disposto numa sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e, de certa forma, atribuído.[...] E creio que esta vontade de verdade [...] tende a exercer sobre os outros discursos —

continuo a falar da nossa sociedade — uma espécie de pressão e um certo poder de constrangimento.

c) Segundo Foucault, o saber apenas pode ser tomado como saber se “exerce um poder”. Sendo assim, “cada enunciado considerado como verdadeiro exerce um certo poder e cria, ao mesmo tempo, uma possibilidade de enunciação” (FOUCAULT, 1984). Para o autor, existiria um poder social que se engendraria no binômio saber/poder e que excluiria aquilo/aqueles que não se enquadra(m) dentro dos parâmetros do que se estabelece/(im)põe como normal, natural, adequado, tratando-se esta normalidade de uma ferramenta de dominação. Observa-se que a sequência discursiva 7 embasa-se no saber que se impõe como verdadeiro de que, para ser legítimo, adequado, normal, o filho deve ser gerado dentro do casamento; caso seja gerado fora do casamento, apesar dos laços de sangue, trata-se de filho ilegítimo, o que o situaria fora do que se tem como normal, adequado, devendo isto, portanto, ser ‘escondido’, sob pena de se ser excluído.

d) Encontram-se, nas materialidades discursivas (sequências discursivas 6 e 7) em análise, representações sociais que instituem o mundo em suas clivagens valorativas, (re)atualizando-se então toda uma memória acerca do que é ser filho legítimo, ser filho ilegítimo e ser filho adotado (interdiscurso). Ou seja,

[...] o domínio da memória representa [...] o interdiscurso como instância de constituição de um discurso transversal [...] é a partir do domínio da memória que se poderá aproximar os processos que garantem a referência dos nomes por um sujeito enunciativo e autorizam, assim, a predicação e a correferencialidade (COURTINE, 2009, p. 112).

Rastreiam-se, na sequência discursiva 6, alguns possíveis efeitos de sentido:

- a presença do operador ‘mas’ (“mas em seu interior não ocorre câmbio algum; não recebe ele, por exemplo, o sangue da família nas veias, em sua natureza e personalidade não há transformação”) na formulação (intradiscurso) introduz argumento que põe por terra o argumento a que se contrapõe (“uma pessoa adotada pode receber todos os direitos dos filhos legítimos”);

- a construção “uma pessoa adotada **pode receber** todos os direitos dos filhos legítimos” instaura como efeito de sentido que isso é uma simples possibilidade; não uma certeza;
- a partir da construção “uma pessoa adotada pode receber todos os direitos dos filhos legítimos”, subentende-se que os direitos podem até ser cedidos ao filho adotado, mas são, por essência, “direitos do filhos legítimos”;
- essa possível conquista do filho adotado mostra-se irrisória diante do que o filho legítimo tem e aquele nunca terá: “sangue da família nas veias, em sua natureza e personalidade não há transformação”. Esta seria a principal fronteira demarcadora entre estes sujeitos e responsável pela escala valorativa que entre eles se estabelece.

3. E o vilão era... o adotado

Uma cena do filme “Os Vingadores” (**Direção:** Joss Whedon; roteiro: Joss Whedon; produção: Kevin Feige) causou polêmica: Thor, em conversa com Viúva Negra, tenta defender Loki, que é seu irmão, diante da acusação feita por aquela a Loki de que este matou 80 pessoas em dois dias, com o seguinte argumento: “Ele é adotado”.

Observa-se que o enunciado “Ele é adotado” inscreve-se em uma extensa rede de formulações, relaciona-se/confronta-se com outra(s) série(s) de formulações e constitui uma identidade para este sujeito “adotado” por meio da reativação da memória. Sendo assim, verifica-se que:

[...] o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido (PÊCHEUX, 1993, p.77).

Estabelece-se, pois, uma relação entre o já dito (interdiscurso) e o que se está dizendo (intradiscurso):

Observemos, em primeiro lugar, que o enunciado se encontra situado, de um lado, em uma relação horizontal com outras formulações no interior do intradiscurso de uma sequência discursiva; e, de outro, em uma relação vertical com formulações determináveis noutras sequências discursivas no interdiscurso de uma Formação Discursiva [...] nessa rede vertical, ou interdiscursiva, de formulações, um dado enunciado tomará lugar entre um conjunto de

formulações extraídas de sequências discursivas levantadas de outras Condições de Produção do discurso (COURTINE, 2009, p. 90).

Em decorrência disso, instaura-se a constituição da significação do dito no não dito: (re)toma-se aquilo que é silenciado em relação a ser adotado e que constitui/institui sentido(s) na atualidade. Ou seja, engendra-se uma relação visceral entre o dizer e o não-dizer. Instala-se, em decorrência disso, o efeito de memória (a retomada de um já-dito sobre ser adotado) e o(s) efeito(s) de sentido que tal retomada desencadeia na materialidade, tais quais:

- ter sido adotado é ser “do mal”. No filme “Os vingadores”, Loki é o vilão;
- criança gerada por pais desconhecidos pode herdar genes que levem a distúrbios de comportamento (Saber em que se embasa o ditado popular “Quem puxa aos seus não degenera”). Em uma pesquisa a respeito do que a população pensava sobre adoção, realizada pela psicóloga Lídia Weber (Universidade Federal do Paraná), grande parte dos entrevistados afirmou crer que a marginalidade está vinculada à ascendência, ao sangue (WEBER, 1998).

Ou seja, como consequência, há uma imagem validada do sujeito “adotado”: tendência a ser marginal. Sendo assim, tomar “Ele é adotado” como materialidade discursiva a ser analisada implica trabalhar, ao mesmo tempo, levando em conta sua dimensão vertical (o já dito em relação a ser adotado) e sua dimensão horizontal. Observa-se que este enunciado ativa uma memória discursiva – segundo Courtine (2009, p. 106), memória discursiva “diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos” - de acordo com a qual ser adotado é algo ruim, fazendo o supracitado dizer revestir-se de tal carga negativa que o fato de ser adotado, embora não explique, pelo menos justifica a prática por parte do “vilão” de atrocidades.

4. Pai e mãe: verdadeiros ou mentirosos?

Nossas reflexões tomarão agora como ponto de ancoragem as sequências discursivas 8 e 9:

SEQUÊNCIA DISCURSIVA 8

O **pai verdadeiro** do Gabriel Medina? Não conheço. A gente não invade a privacidade das pessoas”, explica o pastor da igreja Bola de Neve da praia de Boiçucanga”.http://espn.uol.com.br/noticia/470131_ofuscao-por-padrasto-pai-biologico-se-orgulha-de-medina-a-distancia

SEQUÊNCIA DISCURSIVA 9

Alto Astral: Sueli é a verdadeira mãe de Azeitona.
<http://diariogaicho.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2015/03/alto-astral-sueli-e-a-verdadeira-mae-de-azeitona-4722681.html>

Em consonância com o que postula Pêcheux (1995, p.160), que preconiza ser a ideologia a responsável pelo efeito de evidência que propicia que “todo mundo” saiba o que significam palavras e expressões, verifica-se que se instaura como inquestionável e evidente o que se concebe como “pai verdadeiro” e “verdadeira mãe” nas sequências discursivas supracitadas: ser pai e/ou mãe biológicos. Isso vem a corroborar que:

[...] a evidência da leitura subjetiva segundo a qual um texto é biunivocamente associado a seu sentido (com ambiguidades sintáticas e/ou semânticas) é uma ilusão constitutiva do efeito-sujeito em relação à linguagem e que contribui, neste domínio específico, para produzir o efeito de assujeitamento que mencionamos acima: na realidade, afirmamos que o “sentido” de uma sequência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva (o que explica, de passagem, que ela possa ter vários sentidos). É este fato de toda sequência pertencer necessariamente a uma formação discursiva para que seja “dotada de sentido” que se acha recalcado para o (ou pelo?) sujeito e recoberto para este último, pela ilusão de estar na fonte do sentido, sob a forma da retomada pelo sujeito de um sentido universal preexistente (isto explica, particularmente, o eterno par individualidade/universalidade, característico da ilusão discursiva do sujeito) (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 169).

Ou seja, é a ideologia que faz com que as expressões “pai verdadeiro” (sequência discursiva 8) e “verdadeira mãe” (sequência discursiva 9) ‘queiram dizer o que realmente dizem’: pai e mãe biológicos. Verifica-se, pois, que vem a ser ela - ideologia - que faz com que se engendre a relação “linguagem/mundo/pensamento”, porque “intervém com seu modo de funcionamento imaginário. São assim as imagens que permitem que as palavras ‘colem’ com as coisas” (ORLANDI, 2009, p. 48). Dissimula-se, pois, sob a transparência da linguagem, o caráter material do seu sentido: o sentido apresenta-se como inequívoco, posto que a leitura de pais e mães verdadeiros como pais e mães biológicos evidencia-se como a única possível. É como se o sentido que se estabelece para as supracitadas expressões já estivesse “desde-sempre-lá”, como se não pudesse ser outro que não esse. Há, pois, uma “naturalização dos sentidos”. A ideologia propicia assim o efeito do óbvio: é evidente que dizer que alguém é o(a) verdadeiro(a) pai(mãe) do outro é estar afirmando que este alguém o gerou.

Ao nos debruçarmos sobre o dicionário, encontramos, entre os significados atribuídos para o vocábulo “verdadeiro(a)”, os seguintes: “Genuíno; Que existe realmente; que não é fictício; real; autêntico; [...] ; sincero; Que é realmente o que parece; puro; Com que se pode contar; fiel; Que fala verdade” (<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua>). A partir do momento em que se marca verdadeiro(a) como uma característica dos sujeitos pai e mãe biológicos, verificam-se implicações disso na instauração de efeitos de sentido:

- a) por um lado, aciona-se toda uma memória, retomando-se enunciados tais qual “o sangue sempre fala mais alto”, que giram em torno da ligação visceral (afetiva, genética) que há entre pais e filhos biológicos. Pode-se inscrever, por exemplo, a novela *Sete Vidas* (escrita por Lícia Manzo e Daniel Adjafre e com direção de Adriano Melo, Thiago Teitelroit, Bruno Martins e Pedro Freire, que a Rede Globo exibiu no horário das 18 horas, em 2015) neste mesmo ciclo de repetibilidade, posto que estes mesmos saberes em relação aos pais biológicos são nela retomados, tendo em vista que conta no seu enredo com a seguinte história: Pedro (Jayme Matarazzo) apresenta menos características do pai (não biológico) que conheceu desde a infância e com quem conviveu até a vida adulta, o Vicente (Ângelo Antônio), do que de seu pai biológico, o Miguel (Domingos Montagner), mesmo só tendo conhecido este em adulto. Enquanto Vicente apresenta afinidades com seu pai e irmão biológicos: a paixão pela música; Pedro nutre - tal qual o próprio Miguel - paixão pelo mar, o que o faz se tornar biólogo como este e ir trabalhar em Fernando de Noronha, onde inclusive vem a conhecer seu pai biológico, de quem cada vez se aproxima mais, sem saber quem ele representa de fato na sua vida.
- b) por outro lado, não ditos apontam para existência de sujeitos pais que não se enquadrariam no grupo dos “pais verdadeiros” por não serem pais biológicos. A partir desta perspectiva, se parafrasearmos “Pais e mães não biológicos”, levando em conta os supracitados significados atribuídos ao vocábulo “verdadeiro”, teremos: pais e mãe não verdadeiros, falsos, não genuínos, que não existem realmente, fictícios, não reais, não autênticos; que não são realmente o que parecem ser; impuros; com quem não se pode contar; infiéis; que não falam a verdade.

Considerações finais

Levando em conta as reflexões e análises a que aqui se procedeu, conclui-se que ser mãe, ser pai, ser filho é, pois, um significado discursivo e, sendo assim, ideológico/cultural pelo qual a identidade é produzida, estabelecida e validada. Ou seja, constata-se que há todo um arcabouço ideológico/cultural que determina sistemas de representações, codificadas essas em normas, preceitos, prescrições, regulamentos, paradigmas, padrões, que delimitam o campo do aceitável, do dizível (pode-se dizer dos pais e filhos biológicos que são verdadeiros, por exemplo). O processo de interpelação ideológica sofrido pelo indivíduo termina por instaurar evidências que impõem imagens que são tomadas como o que é real: o que é ser pai verdadeiro, o que é ser filho legítimo, quais os lugares que são reservados aos pais e filhos biológicos e não biológicos na nossa sociedade. Verifica-se que o que funciona no discurso são exatamente essas imagens, já que se trabalha no campo do imaginário (PÊCHEUX, 1995).

Ao se tentar desvelar o que significa ser pai e ser mãe verdadeiros e/ou ser filho (i)legítimo, observa-se que os discursos remontam à memória para (re)construir os fatos, como se pode rastrear nas análises desenvolvidas ao longo deste trabalho. Verifica-se ainda que se materializam, no *corpus* estudado, discursividades que reafirmam a assimetria valorativa entre pais/filhos biológicos e pais/filhos não biológicos.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2.ed. Trad. Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. Trad. Christina de Campos Velho Birck et al. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1972.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. e Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. História da Violência nas Prisões. Trad. Raquel Ramallete. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Discurso, história e produção de identidades na mídia. In: FONSECA-SILVA, Maria da Conceição; POSSENTI, Sírio (Org.) **Mídia e Rede de memória**. Vitória da Conquista: UESB, 2007. p. 39-60.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**. Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Orlandi et al. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2.ed. Trad. Bethania Mariani, Eni Orlandi. Campinas: UNICAMP, 1993.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2.ed. Trad. Bethania S. Mariani, Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: UNICAMP, 1993.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Orlandi et al. Campinas: UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

WEBER, Lídia N. D. **Pais e filhos por adoção no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2010.

WEBER, Lídia N. D. **Laços de Ternura: pesquisas e histórias de adoção**. Curitiba: Santa Mônica, 1998.

Forma de citação sugerida:

COSTA, Iraneide Santos. As relações sanguíneas e as discursivizações em torno da família: um estudo a partir dos aportes teóricos da análise materialista do discurso. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 13, p. 51-67, jan/jun.2017.

Recebido em: 10/03/2017

Aprovado em: 26/04/2017